



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10585 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 21 - Trabalho e Educação

O VIRUS DO CAPITAL: AS MUTAÇÕES DO CAPITALISMO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

João Henrique Figueredo de Oliveira - UFPel - Universidade Federal de Pelotas

João Carlos Roedel Hirdes - UFPel - Universidade Federal de Pelotas

Mauro Augusto Burkert Del Pino - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

O VIRUS DO CAPITAL: AS MUTAÇÕES DO CAPITALISMO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

O presente trabalho apresenta resultados parciais de pesquisa de Doutorado em andamento, que tem por objetivo analisar como as diferentes formas de contratação de professores e de professoras afetam a natureza do trabalho docente. Neste texto, os dados apresentados e analisados discutem as diferentes formas de contratação de professoras e de professores, entendidas como modelos atípicos de contratação, tomando como referência as constantes mutações por que tem passado o processo de valorização do capital. Essas alterações trazem múltiplas consequências para a processo de trabalho. A pandemia da Covid-19 foi mais um fator de agravamento dessa confrontação. O trabalho docente não fica fora dessas alterações e a questão de fundo da pesquisa é saber até que ponto essas modificações trarão consequências para a natureza do trabalho docente e para a vida de professores e professoras.

Para introduzir o texto é necessário compreender a ideia capitalista sobre trabalho. Na lógica capitalista, o trabalho nada mais é do que uma mercadoria. Contudo, esta mercadoria é a mais valiosa na esfera do mercado, pois apenas mediante a relação humana com a natureza é possível criar mais valor. Só o trabalhador e a trabalhadora, livre dos meios de produção e de recursos financeiros, vendem sua força de trabalho para o capitalista, com o intuito de adquirir algum recurso para a sua sobrevivência. Deste modo, transmutam-se em mercadorias vendendo o seu tempo, a sua liberdade e sua força de trabalho (ANTUNES, 2015; MARX, 2014).

O capitalista compra a força de trabalho disponível na esfera do mercado e a reúne

com os meios de produção que dispõe. De posse destas duas mercadorias, explora o máximo que pode para tirar o maior montante de mais valor possível, ou seja, o capital excedente (MARX, 2014). Para o capital, não importa o desgaste da força de trabalho, sua condição humana ou relações familiares. O que importa é que retorne no dia seguinte para continuar girando a roda do capital.

Desse modo, o capital apresenta um comportamento muito semelhante aos vírus. Eles são considerados seres sem vida. Isso ocorre por conta da ausência de células na sua constituição. Os vírus não exibem maquinário bioquímico para codificar o próprio material genético. Assim, necessitam infectar alguns outros organismos, como bactérias, protistas, fungos, plantas e animais, para usar o maquinário celular (AMABIS; MARTHO, 2004). Deste modo, os vírus são conhecidos como parasitas intracelulares obrigatórios, ou seja, este organismo necessita parasitar um outro ser para se multiplicar. Neste processo de infecção causado pelo vírus, o mesmo muitas vezes acaba matando o seu hospedeiro.

É possível fazer uma correlação e verificar que um vírus e o capital atuam de forma semelhante, ou seja, o capital é trabalho morto que necessita de trabalho vivo para se multiplicar. Assim, Marx descreve o capital:

... o capital tem seu próprio impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais valia, de absorver com sua parte constante, com os meios de produção, a maior quantidade possível de trabalho excedente. O capital é trabalho morto que, como vampiro, se reanima sugando trabalho vivo, e, quanto mais suga, mas forte se torna (MARX, 2014, p. 271).

Da mesma forma que um vírus, o capital segue se adaptando com o objetivo de continuar afetando e sugando a população de trabalhadores e de trabalhadoras. Atualmente, os modos de extração de mais valor não desapareceram, posto que fazem parte da essência do processo de valorização do capital (MARX, 2014), contudo passaram por mutações e surgem novas formas de extração e precarização do trabalho. O capital se mantém ativo e, não raras vezes, em descontrole causado pela própria sede de sucessos e excessos (HARVEY, 2018).

Deste modo, o capital adaptou-se para conseguir atingir novas bases institucionais no sistema econômico (FERNANDES; HELAL, 2010). O capital é pandêmico, ataca tudo que pode produzir mais valor. Fica evidente que a sede por trabalho vivo não leva em consideração a vida do trabalhador e da trabalhadora. Para o capital tudo que importa é o capital excedente, mesmo que isso mate o único hospedeiro deste vírus, o ser humano.

A precarização do trabalho é uma das ações do capital, ou seja, uma das adaptações deste vírus. O capitalismo tem mudado ao longo do tempo com o objetivo de garantir sua competitividade. Deste modo, um dos resultados é o surgimento de novas formas de trabalho. As modificações do mercado de trabalho vão para além do ofício, as mesmas afetam diretamente as vidas dos trabalhadores e das trabalhadoras (FERNANDES; HELAL, 2010).

O trabalho docente e a contratação estão submersos nesta relação, não escapam da lógica de reprodução do capital. No Brasil, o sistema escolar é descentralizado, ou seja, temos

para a educação pública três redes de ensino: municipal, estadual e federal. Quanto às categorias administrativas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) define que as instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se em públicas, privadas ou comunitárias. Para este trabalho, o foco de análise está voltado para as instituições públicas. Neste contexto, para professores e para professoras das redes públicas apresenta-se uma diversidade em planos de carreiras, salários, cargas de trabalho e até mesmo em formas de ingresso (CLEMENTINO; VIEIRA, 2020).

Há diferentes formas para ingressar como docente nas escolas públicas. Há uma enorme diversidade de maneiras de contratação no território brasileiro. Consta-se que existem várias formas de contratação precária em detrimento da contratação efetiva por meio de concurso público. É possível classificar estas outras formas de contratação como a categoria dos funcionários demissíveis. Neste grupo temos, os temporários, os eventuais, os estagiários, os bolsistas (SOUZA, 2013), os avulsos, os voluntários, os terceirizados, as Pessoas Jurídicas (PJ) e muitas outras modalidades. Estas modalidades de contratação geralmente têm prazo determinado, e assim, são conhecidos como contratos atípicos.

Além disso, estas formas de contratação fazem com que os profissionais não tenham a garantia de uma série de direitos trabalhistas. A começar pela falta de estabilidade no trabalho, isto é, estes trabalhadores e trabalhadoras podem ser demitidos a qualquer momento. Não têm a segurança no trabalho, de renda e garantia de representação sindical (STANDING, 2019; SOUZA, 2013). Observando este momento pandêmico e as formas atípicas de contrato, emerge uma pergunta: as diferentes formas de contratação implicam em mudanças significativas na natureza do trabalho docente?

Neste ponto, é compreendido a natureza do trabalho docente como a qualidade e forma pela qual o professor ou a professora desenvolvem o seu trabalho. E para que este profissional trabalhe da melhor forma possível, o mesmo necessita estar pleno quanto a sua garantia de trabalho, direitos e proventos.

A fim de investigar como as diferentes formas de contratação de professores e de professoras afetam a natureza do trabalho docente, a pesquisa adotou uma metodologia que tomou por base uma abordagem quali-quantitativa. O estudo será constituído por diferentes momentos metodológicos, com elementos teóricos e com elementos empíricos. A pesquisa apresenta uma perspectiva epistemológica crítica, baseando o pensar e a escrita na lógica Marxista (MARX, 2014). Está organizada em dois momentos, um de levantamento de informações de diferentes bases e o segundo de análise destes variados dados.

Partindo de dados públicos disponíveis na internet como o do Censo Escolar e o da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o estudo obteve os dados quantitativos do trabalho docente atípico no Rio Grande do Sul. A RAIS consiste em um cadastro administrativo anual e obrigatório tanto para o setor público como privado em âmbito nacional. Já o Censo Escolar consiste em um levantamento de informações da rede básica de

ensino do Brasil.

Nesses bancos de dados, está sendo realizado um levantamento de informações numéricas referente aos professores e professoras no serviço público. Os dados são obtidos mediante as planilhas de microdados, que representam a menor fração de um dado. Utilizando o software estatístico R, as informações são verificadas, lapidadas e analisadas.

Após a conclusão do levantamento de informações será realizado uma abordagem qualitativa que, segundo Lüdke e André (1986), é uma técnica que busca as informações mediante os sentidos, com o intuito de obter informações motivadas por alguns aspectos da realidade do indivíduo. Em outras palavras, esta abordagem metodológica busca compreender as vivências pessoais de um sujeito, das quais o mesmo muitas vezes não tem consciência, mas que dirigem o seu comportamento.

Além da apreciação quantitativa dos dados, a pesquisa pressupõe uma análise qualitativa, utilizando a análise de conteúdo. Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo é uma técnica de tratamento de dados em pesquisa qualitativa. Não obstante, também é possível realizar a análise de conteúdo com dados quantitativos. Esta é uma análise sistematizada e objetiva que busca descrever o conteúdo de mensagens mediante indicadores que permitam identificar o sentido daquelas mensagens. O pesquisador complementa apontando que a análise de conteúdo auxilia na reinterpretação da mensagem para alcançar uma compreensão que está além da leitura comum (BARDIN, 1977).

Os resultados até aqui levantados e analisados indicam que no contexto de profissionais contratados de forma atípica, no Brasil no ano de 2005 o setor público contava com cerca de 2 milhões de empregados e funcionários contratados no regime demissível. Somado a este grupo o serviço público contava com mais de 2 milhões de empregados não-ativos, ou seja, que foram dispensados ao longo do ano, mas que também podem ter sido contratados de forma atípica (KREIN, 2007). Analisando os dados do censo escolar dos anos de 2011 a 2020, encontramos um crescimento de professores e professoras contratadas temporariamente, terceirizadas e até mesmo trabalhando na modalidade CLT. Os números foram de 481.271 contratados de forma atípica em 2011 para 586.082 no ano de 2020, o que representa um aumento de 21,77% em contratação. Em compensação, no mesmo período encontramos um crescimento muito menor no número de professores e professoras concursadas, que por lei é a principal forma de entrada no serviço público. Em 2011, as redes públicas de ensino contavam com 1.181.320 professores e professoras e no ano de 2020 apresentava 195.232, ou seja, teve um aumento de aproximadamente 1,17% de docentes concursados (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ; UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2022).

Junto a estas novas formas de contratação, soma-se a desregulamentação legal, o desemprego e a intensificação do trabalho. Isto afeta significativamente as características da profissão professor, de tal modo, que o profissional não fica imune a estas modificações. Um

dos efeitos é a individualização, o trabalhador ou trabalhadora está cada vez sozinho nas atividades do ofício. Neste contexto, o profissional fica fragilizado socialmente. Como resultado, é observado o enfraquecimento das ações coletivas e o decaimento dos movimentos sociais (SOUZA, 2013). Movimentos estes que funcionam como vacinas, lutando pelos direitos de trabalhadores e trabalhadoras contra o avanço do capital e retrocessos trabalhistas.

Em 2017, o vírus do capital apresentou mais uma mutação no cenário dos direitos trabalhistas do Brasil, com a implementação da lei 13.467, de julho de 2017 (BRASIL, 2017). A mesma alterou alguns pontos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) com o objetivo de flexibilizar e “simplificar” as relações entre empregador e empregado. Os dois principais pontos que estão nesta diretriz são referentes aos acordos individuais que passaram a prevalecer sobre a legislação e a oficialização do trabalho intermitente. É importante salientar que as novas diretrizes são consequências e não causas das mudanças que operam nas transformações do capital, ou seja, os rearranjos trabalhistas acontecem constantemente, mas só depois de um tempo surgem leis para formalizar as modificações.

Devido a consolidação de novas diretrizes legais, os trabalhadores e as trabalhadoras são forçados a se adaptar para sobreviver. O mesmo aconteceu com toda a população por conta do novo coronavírus, porém, com efeito mais significativo no trabalho docente. Professoras e professores tiveram que se adaptar a utilizar ferramentas online e lidar com um trabalho que nunca tinham feito anteriormente. Além disso, o trabalho na pandemia trouxe sobrecarga laboral e mental, invasão do espaço privado, aumento das desigualdades e muito mais (SAVIANI; GALVÃO, 2021, OLIVEIRA; JÚNIOR, 2020). Parte desta relação trabalho e vida já existia antes da pandemia, contudo esta realidade se sobrepôs neste momento.

Além disso, partindo para esfera dos efeitos sobre os trabalhadores e trabalhadoras, estas formas de contratação favorecem, no sentido marxista, a alienação (MARX, 2014), uma vez que o produtor, no caso o docente, não reconhece o produto, sua prática, e não se reconhece como produtor. De tal modo que são descaracterizados até pela sua denominação, muitas vezes sendo chamados pelo seu tipo de contrato, por exemplo, como temporário, e não pela sua função social, ou seja, professor e professora.

Os professores e as professoras são atingidos indelevelmente por essas modificações e passam, forçosamente, por adaptações causadas pela mutação do capital. Contudo, esta realidade também afeta as instituições de educação como as escolas. É o que salienta Mézáros (2008, p.42), quando afirma que “as instituições de educação tiveram de ser adaptadas ao longo do tempo de acordo com as determinações reprodutivas em mutação do sistema do capital.”

Os dados até aqui coletados e analisados indicam que este processo, potencializado pela pandemia do coronavírus, tem levado a uma desvalorização e precarização de professoras e de professores. Apesar disso, continuam buscando por condições para a própria sobrevivência em um campo de atuação profissional conflituoso, resultado das adaptações do

capital, que visam o mercado financeiro em detrimento aos valores educacionais presentes na própria Constituição Federal (BRASIL, 1988) e que foram conquistados mediante muita luta da classe trabalhadora. São profissionais da educação que vivem diariamente relações de trabalho que se alteram em passos acelerados, com muitas contradições. Assim, são muitas mutações, muitos embates e novas realidades que modificam o trabalho e que precisam continuar sendo estudadas e investigadas para elucidar suas consequências para a natureza do trabalho docente e para a qualidade da educação pública.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho Docente. Precarização. Flexibilização. Trabalho Atípico.

REFERÊNCIAS

AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. **Biologia**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1. ed. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de Julho de 2017**. Diário Oficial da União. Brasília: República Federativa do Brasil, 2017. Disponível em: <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>>. Acesso em: 30 abr. 2022.

CLEMENTINO, Ana Maria; VIEIRA, Livia Fraga. Carreira e Avaliação Docente na Educação Básica no Brasil: Emergência de Novo Profissionalismo. **Sisyphus — Journal of Education**, v. 8, n. 1, p. 55–78, 2020.

FERNANDES, Danielle Cireno; HELAL, Diogo Henrique. Precarização do trabalho. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade de; DUARTE, Adriana Maria Cancela; VIEIRA, Livia Maria Fraga. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

KREIN, José Dari. O Avanço da Contratação Flexível. **Carta social e do trabalho**, n. 6, p. 34–41, 2007.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Elisa Dalmozo Afonso. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro 1**. 33. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo : Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, D. A. JUNIOR, E. P. Desafios para ensinar em tempos de pandemia: as condições do trabalho docente. In.: OLIVEIRA, D. A. POCHMANN, M. **A devastação do trabalho**: a classe do labor na crise da pandemia. 1ª ed. Gráfica e Editora Positiva. 2020.

Disponível em:

< https://www.cnte.org.br/images/stories/publicacoes/livro_A_devastacao_do_trabalho_CNTE >. Acesso em: 11 out. 2021.

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Carolina. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. **ANDES-SN**, v. 21, n. 1, p. 1–9, 2021.

SOUZA, Aparecida Neri De. Relações de trabalho docente: emprego e precarização do trabalho. In: **Plano Nacional da Educação (PNE): questões desafiadoras e embates emblemáticos**. 1. ed. Brasília: INEP, 2013. p. 155–167.

STANDING, Guy. **O precariado: A nova classe perigosa**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ; UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS.

Laboratório de Dados Educacionais. 2022. Disponível em: <

<https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#/> > Acesso em: 24. abr. 2022.